

Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta: OE201607/0338

Tipo Oferta: Procedimento Concursal para Cargos de Direção

Estado: Activa

Nível Orgânico: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Organismo: Casa Pia de Lisboa, I.P.

Regime: Cargos não inseridos em carreiras

Cargo: Direcção Intermédia de 3º grau

Área de Actuação:

Compete à Direcção técnica de CED de Santa Clara, da Casa Pia de Lisboa, IP a gestão das competências delegadas de acordo com o n.º 5 do Artigo n.º 2 dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, IP aprovados pela portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro, designadamente no âmbito da garantia da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo ou em risco de exclusão, de forma a assegurar o desenvolvimento integral, através do acolhimento, educação, formação e inserção social e profissional, bem como preparação da sua autonomização.

Remuneração: 1493,62

Suplemento Mensal: 190.62 EUR

Conteúdo Funcional: As competências previstas para os Diretores Técnicos, conforme disposto no n.º 5 do artigo 2.º dos Estatutos da Casa Pia de Lisboa, IP aprovados pela Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação: licenciatura

Podem candidatar-se ao presente procedimento de seleção os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, que reúnam até final do prazo de apresentação de candidaturas os requisitos previstos n.º 7 do artigo. 2.º da Portaria n.º 24/2013, de 24 de janeiro.

Perfil pretendido: Para além dos requisitos de provimento referidos no ponto anterior, todos os elementos abaixo indicados são fatores de ponderação e diferenciação:

Os candidatos devem ter:

- a) Competência e aptidão técnica comprovada para análise, planeamento e organização;
- b) Capacidade de liderança, motivação e mobilização de equipas e projetos de trabalho;
- c) Visão estratégica orientada para os resultados de qualidade;
- d) Autoconfiança, boa capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;
- e) Autonomia sentido crítico e responsabilidade;
- f) Boas aptidões e capacidades de representação institucional.

Devem ainda ter:

- a) Conhecimentos dos conteúdos inerentes ao enquadramento legal de regulação das responsabilidades parentais, do sistema de proteção e do sistema de justiça juvenil;
- b) Formação profissional comprovada na área funcional do cargo a prover;
- c) Experiência profissional comprovada na área funcional do cargo a prover, especificamente no exercício de funções de direcção e/ou coordenação, em especial na área das crianças e jovens em perigo.

Avaliação curricular e entrevista pública.
Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a proposta de designação do candidato que vier a ser escolhido resultará da classificação final (CF) mais elevada dos concorrentes.
A seleção dos candidatos será efetuada através da utilização dos métodos de seleção supra referidos, tendo a avaliação curricular um carácter eliminatório, complementada com entrevista pública. Apenas os candidatos aprovados, com classificação não inferior a 9,5 valores na avaliação curricular serão contactados para a realização da referida entrevista pública.
A classificação final será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos dois métodos de seleção aplicáveis, de acordo com a seguinte fórmula:

Métodos de Seleção a Utilizar:

$$CF = (2AC + 3EPS) / 5$$

Em que:

CF = Valor atribuído à classificação final

AC = Valor atribuído na avaliação curricular;

EPS = Valor atribuído na entrevista pública de seleção.

Cada um dos métodos de seleção tem carácter eliminatório, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores nalgum dos métodos de seleção.

No âmbito da avaliação curricular são fatores de avaliação a habilitação académica, a experiência profissional dos candidatos, e sua formação profissional. Na entrevista serão apreciados os seguintes fatores: sentido crítico e inovação; motivação; expressão e fluência verbais, e qualidade da experiência profissional.

Presidente: Dr.ª Luísa Rosa Pereira Marques Barbeiro, Diretora Executiva do Centro de Educação e Desenvolvimento Santa Clara (CED SCL) da CPL, IP
Vogais efetivos: Dra. Sandra Isabel Silva Veiga, Diretora da Unidade de Ação Social e Acolhimento (UASA) da CPL, IP;

Composição do Júri:

Dr.ª Tânia Daniela Gomes Fernandes, Diretora da Unidade de Planeamento e Controlo de Gestão, do Instituto da Segurança Social, IP (ISS IP).

Vogais suplentes: Dr.ª Maria Leonor Gonçalves Fechas, Diretora Executiva do Centro de Educação e Desenvolvimento Santa Catarina (CED SCT)

Engenheiro Jorge Alexandre Oliveira Duque, Diretor Executivo do Centro de Educação e Desenvolvimento Francisco Margiochi, (CED FM) da CPL, IP.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Casa Pia de Lisboa, I.P.	2	Avenida do Restelo, 1		1449008 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 2

Requisitos Legais de Provisão: A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

E - Os constantes do n.º 2 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Requisitos de Nacionalidade: Não

Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social: Aviso n.º 9131/2016, de 21 de Julho, publicado na 2ª Série do DR, e anúncio publicado no CM

Apresentação de Candidaturas

Local: Secretaria dos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa IP, Av. do Restelo, n.º 1, 1449-008 Lisboa.

Formalização da Candidatura: As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido à Presidente do Conselho Diretivo da Casa Pia de Lisboa, IP dentro do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente procedimento concursal na BEP, podendo ser entregues, pessoalmente, das 10h00 às 12h00 horas e das 14h00 às 17h00 horas, na Secretaria dos Serviços Centrais da Casa Pia de Lisboa, IP, na Av. do Restelo, n.º 1, em Lisboa, ou remetidas por correio registado com aviso de receção, para a mesma morada, até ao termo do prazo referido.

Do requerimento deverão constar os seguintes elementos: identificação completa (que inclua um contacto telefónico e endereço eletrónico); habilitações literárias e profissionais; menção expressa da carreira, categoria e serviço de origem; natureza da sua relação jurídica de emprego público, e tempo efetivo na categoria, carreira e função pública; menção expressa do cargo a que se candidata; com indicação do n.º da oferta da BEP, e declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento.

O requerimento de admissão ao procedimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

a) Curriculum Vitae atualizado, detalhado, datado e assinado, onde conste as funções que tem exercido e respetivos períodos de exercício, bem como a formação profissional detida;

b) Fotocópia simples do certificado de habilitações;

c) Fotocópias do bilhete de identidade/cartão do cidadão e do cartão de contribuinte;

d) Fotocópias dos certificados comprovativos das ações de formação diretamente relacionadas com a área funcional do cargo a prover, e mencionadas no currículo;

e) Declaração atualizada, emitida pelo organismo com o qual o candidato mantém uma relação jurídica de emprego público, onde conste a carreira, categoria e o serviço a que pertence, a modalidade de relação jurídica de emprego público, e o tempo de serviço na carreira e na função pública.

f) Outros documentos considerados pertinentes para a avaliação do perfil para o exercício do cargo a prover.

Assiste ao júri a faculdade de solicitar aos candidatos, no caso de dúvida sobre situações que descrevam, a apresentação de documentos comprovativos e esclarecedores de factos relevantes para apreciação das respetivas candidaturas.

Motivos de Exclusão: São excluídos os candidatos que não possuam licenciatura na área indicada na presente oferta, não reúnam os demais requisitos legais de provimento, não apresentem a candidatura no prazo previsto, não apresentem os documentos comprovativos dos requisitos legais de provimento, bem como os candidatos que falem à entrevista pública, e os obtenham classificação inferior a 9,5 valores nalgum dos métodos de seleção supra referidos.

Contacto: 213614000

Data de Publicação 2016-07-25

Data Limite: 2016-08-08

Observações Gerais: As notificações aos candidatos serão efetuadas através de mensagem de correio eletrónico, para o endereço indicado pelo candidato no seu requerimento de candidatura.

Os candidatos admitidos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência de interessados, conforme o estabelecido no n.º 13 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004 na sua versão atual.

Os candidatos excluídos serão também notificados aquando da admissão ao procedimento concursal ou após a aplicação dos métodos de seleção.

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total SME:

Total Com Auxílio da BEP: